



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
**LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**A FORTALEZA DE SANTA CRUZ DE ITAMARACÁ:**  
**HISTÓRIA DE UM PATRIMÔNIO BRASILEIRO**

Jefferson José Batista Andrade

Recife

2021

Jefferson José Batista Andrade

**A FORTALEZA DE SANTA CRUZ DE ITAMARACÁ:  
HISTÓRIA DE UM PATRIMÔNIO BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Bruno Romero Ferreira Miranda

Recife

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Sistema Integrado de Bibliotecas  
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

A553f

ANDRADE, JEFFERSON JOSE

A FORTALEZA DE SANTA CRUZ DE ITAMARACÁ: HISTÓRIA DE UM PATRIMÔNIO BRASILEIRO /  
JEFFERSON JOSE ANDRADE. - 2021.

45 f. : il.

Orientador: BRUNO ROMERO FERREIRA MIRANDA.

Inclui referências e anexo(s).

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Licenciatura em História,  
Recife, 2022.

1. Fortificações. 2. Brasil-holandês. 3. Itamaracá. I. MIRANDA, BRUNO ROMERO FERREIRA, orient. II. Título

CDD 909

---

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

A FORTALEZA DE SANTA CRUZ DE ITAMARACÁ:  
HISTÓRIA DE UM PATRIMÔNIO BRASILEIRO.

Este trabalho de conclusão de curso foi considerado adequado como requisito para obtenção do título de Graduado em História, aprovada pela banca examinadora na Universidade Federal Rural de Pernambuco.

---

**Prof.a Coordenadora do Curso de Licenciatura em História**

**Data da Defesa: 13 de dezembro de 2021**

**Horário: 19:00 horas**

**Sistema de vídeo chamada da UFRPE**

**Banca Examinadora:**

**Prof. Dr.**

**(Orientador)**

**Bruno Romero Ferreira Miranda**

**Prof.a Dra.**

**(Examinador Interno)**

**Suely Cristina Albuquerque de Luna**

**Prof. Dr.**

**(Examinador Externo)**

**Breno Almeida Vaz Lisboa**

## **Apresentação**

A Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), conforme as normas referentes ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), permite a elaboração de um artigo científico. Sendo assim, este modelo foi o escolhido. Este trabalho seguiu as normas de submissão da revista CLIO – Arqueológica, da Universidade Federal de Pernambuco.

O Trabalho de Conclusão de Curso a seguir tem como objetivo analisar aspectos relativos a história da Fortaleza de Santa Cruz de Itamaracá. Além de remontar sua história e tipologia construtiva, procuramos conectar sua história num contexto mais amplo, que é o das guerras entre portugueses e neerlandeses e o período após a expulsão dos últimos, quando essa fortificação foi inserida num plano de defesa das Capitânicas do Norte. Dessa forma, foi realizada uma revisão historiográfica sobre os edifícios fortificados da América portuguesa, em especial aqueles localizados em Pernambuco e Capitânicas do Norte. Buscamos também entender a importância geoestratégica dessa construção e o funcionamento da fortaleza de Itamaracá, entre os séculos XVII e XVIII, enquanto peça de defesa da costa das Capitânicas de Itamaracá e de Pernambuco. Por fim, realizamos um estudo sobre o conceito de patrimônio histórico e cultural, buscando compreender o significado do reconhecimento e importância dos bens culturais e como a Fortaleza de Santa Cruz de Itamaracá se insere nesse conjunto patrimonial.

# **A FORTALEZA DE SANTA CRUZ DE ITAMARACÁ: HISTÓRIA DE UM PATRIMÔNIO BRASILEIRO**

**JEFFERSON JOSÉ BATISTA ANADRADE<sup>1</sup>**  
**jeffersonbatista89@hotmail.com**

## **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo analisar aspectos relativos a história da Fortaleza de Santa Cruz de Itamaracá. Com esse intuito, foi realizada uma revisão historiográfica sobre as fortificações localizados nas Capitânicas de Pernambuco e do Norte. Buscamos também entender a importância geoestratégica dessa construção, entre os séculos XVII e XVIII, enquanto peça de defesa das Capitânicas de Itamaracá e Pernambuco. Por fim, realizamos um estudo sobre o conceito de patrimônio cultural, buscando compreender o significado do reconhecimento e importância dos bens culturais e como a fortaleza de Itamaracá se insere nesse conjunto patrimonial composto por diversas fortificações espalhadas no Brasil.

**Palavra-chave:** Fortificações; Brasil-holandês; Itamaracá.

## **ABSTRACT**

This work aims to analyze aspects related to the history of the Santa Cruz de Itamaracá fortress. A historiographical review was carried about the defensive constructions located in Pernambuco and Northern Captainships. We also seek to understand the geostrategic importance of this construction, between the 17th and 18th centuries, and its position as part of the defense of the Captainships of Itamaracá and Pernambuco. Finally, we carried a study on the concept of cultural heritage, seeking to understand the meaning and the importance of cultural assets and how the Itamaracá fortress is part of this cultural heritage composed of several fortifications scattered across Brazil.

**Keywords:** Fortresses; Dutch-Brazil; Itamaracá.

---

<sup>1</sup> Licenciando em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco.

## INTRODUÇÃO

As fortificações estão presente na história do Brasil desde meados do primeiro século de colonização. Esses recintos fortificados, erguidos do período colonial até a primeira metade do regime republicano, integravam os sistemas de defesa militares implementados nesses distintos momentos e tornaram-se, desta forma, estruturas bélicas importantes à defesa territorial do país (CASTRO, 2019: 06). Entretanto, é aceitável que as primeiras unidades de defesa erguidas na América portuguesa possuíssem uma estrutura bastante rudimentar, uma vez que não eram projetadas exclusivamente para fins militares, diferentemente dos fortes abaluartados, considerados pelos estudiosos da área como fortificações modernas; estas últimas, foram erguidas em diversas regiões do território brasileiro a partir do último quartel do século XVI, sobretudo no contexto da invasão neerlandesa no nordeste (1624-1654) (MENEZES e RODRIGUES: 21-27).

Provavelmente, a Fortaleza de Santa Cruz de Itamaracá, recorte temático deste trabalho, foi erguida décadas após o fim do domínio holandês no Norte do Brasil. Portanto, as estruturas em pedra e cal dessa fortificação são de origem luso-brasileira, passando por constantes reformas ao longo de todo o setecentos (MENEZES, 2017: 39-42). Segundo as fontes, acabou sendo abandonado no final do oitocentos, chegando em estado de arruinação no século XX<sup>2</sup>.

As pesquisas arqueológicas apontam que a referida fortaleza está localizada sobre o antigo Forte Orange<sup>3</sup>. Este último, uma unidade de defesa fundamental à Companhia

---

<sup>2</sup> D'ALMEIDA, Thomas J. C. *Relatório da Repartição dos Negocios da Guerra*. 1889. Assembleia Geral Legislativa. Imprensa nacional, Rio de Janeiro. 156 -157; RAMOS, José I. de Souza. 1851. *Relatório Província de Pernambuco*. Arquivo Público Nacional.. 06 – 07; BARROS, S. do Rego. 1838. *Relatório da Repartição dos Negocios da Guerra*. Assembleia Geral Legislativa. Na Typographia nacional, Rio de Janeiro. Anexo: Mappa das fortificações N.4; SOUZA, Augusto F. 1885. *Fortificações no Brazil*. Revista Trimensal do Instituto Histórico Geographico e ethnographico do Brazil. Tomo XLVIII, Parte II. Typographia Universal de Laemmert & C. Rio de Janeiro. 80 – 81. Disponíveis em: [http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id\\_fortaleza=327](http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=327).

<sup>3</sup> ALBUQUERQUE, M. 2009. “Arqueologia do Forte Orange”. *Revista da Cultura*. Rio de Janeiro. Ano IX, n. 15, 36–43. Os textos do arqueólogo e professor Marcos Albuquerque, referência acadêmica sobre o estudo dos edifícios fortificados, forneceu análises fundamentais para o entendimento da construção, funcionamento e importância das fortificações de Pernambuco, em especial ao forte holandês de Itamaracá.

Holandesa das Índias Ocidentais, foi construído pelos neerlandeses no ano de 1631, na parte meridional da Capitania de Itamaracá, em uma área estratégica, visto que resguardava a entrada sul do canal de Santa Cruz, protegendo assim o principal acesso às vilas de Igarassu e Nossa Senhora da Conceição (NASCIMENTO e SANTOS: 10).

A partir da segunda metade do século XX, assim como ocorreria no início do anos 2000 e recentemente (2012-2017), a fortaleza de Itamaracá passou por reformas de restauração após anos de abandono. Segundo Albuquerque, ao longo desses trabalhos, foram realizadas importantes pesquisas arqueológicas, resultando em descobertas fundamentais à compreensão do histórico desse monumento (ALBUQUERQUE, 2018: 54). Nos primeiros trabalhos de restauração e pesquisas arqueológicas, esse edifício fortificado, erguido no período colonial para repelir inimigos, entrando em estado de arruinamento no final século XIX, e em processo de restauração no início da década de 1970, abriu-se para receber inúmeros visitantes de todos os estados, tornando-se naquela altura um dos principais pontos do turismo histórico de Pernambuco. Patrimônio cultural brasileiro, a Fortaleza de Santa Cruz de Itamaracá foi tombada em 1938 pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), após o Decreto-lei que deu início a organização dos processos de tombamentos dos monumentos históricos, elaborado pela política de valorização da identidade nacional planejada pelo Estado Novo<sup>4</sup>. Recentemente restaurada, essa fortificação – junto com outros dezoito fortes de todas as regiões do país – concorre ao reconhecimento de Patrimônio Cultural da Humanidade<sup>5</sup>.

Sendo assim, o objetivo geral deste trabalho é analisar aspectos relativos ao tipo de edificação implementada na fortaleza de Itamaracá, verificando o histórico de sua construção sobre o primitivo Forte Orange, e a consolidação das estruturas atuais dentro de uma proposta de reformas das fortificações da costa do Brasil. Especificamente foi realizada uma revisão historiográfica sobre os edifícios fortificados construídos no

---

<sup>4</sup> FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de C. 2009. *Patrimônio histórico e cultural*. 2.ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. A obra de Pedro Paulo Funari e Sandra de C Pelegrini sobre o Patrimônio Histórico é uma base importante para estudo desse tema, tanto no que se refere trajetória histórica, quanto do seu conceito.

<sup>5</sup> SECOMANDI, Elcio Rogerio. 2019. Conjunto de fortificações coloniais do Brasil indicado para o patrimônio cultural da humanidade. *Educação Patrimonial: Fortes, fortalezas e integração nacional*. São Paulo. 3-17.



período do Brasil colonial, em especial aqueles localizados na região Nordeste; da mesma forma, buscamos entender a importância geoestratégica da construção e funcionamento da Fortaleza de Santa Cruz de Itamaracá, Pernambuco, no contexto do período da América portuguesa entre os séculos XVII e XVIII, enquanto peça de defesa da costa do Brasil e da Capitania de Itamaracá/Pernambuco. Por fim realizamos um estudo sobre o conceito de patrimônio histórico e cultural, buscando compreender o significado do reconhecimento e importância dos bens culturais e como a Fortaleza de Santa Cruz de Itamaracá se insere nesse conjunto.

Desta maneira, foi utilizada uma bibliografia oriunda de pesquisas acadêmicas, produzidas por especialistas formados em Arqueologia, História e Arquitetura e Urbanismo, além de fontes históricas oitocentistas, como relatórios militares e textos desse mesmo século. Nessa perspectiva, foi realizado na construção deste trabalho um diálogo entre autores, principalmente os trabalhos do professor José Luiz Mota Menezes<sup>6</sup> e do arqueólogo Marcos Antônio Gomes de Matos Albuquerque, assim como as dissertações Bruno Romero Ferreira Miranda<sup>7</sup> e Stela Gláucia Alves Barthel<sup>8</sup>, e as Teses de Pedro Henrique Cabral de Valadares e Manuela Xavier Gomes de Matos<sup>9</sup>. Acerca do

---

<sup>6</sup> MENEZES, José L. M.; RODRIGUES, Maria do R. R. 1986. *Fortificações Portuguesas no Nordeste do Brasil*. Séculos XVI, XVII e XVIII. Recife: Pool Editorial. Os textos do professor Menezes são fundamentais à realização de trabalhos voltados a temática sobre recintos fortificados, apontando tecnicamente – entre outras características – os principais aspectos referentes aos tipos de fortificações existentes.

<sup>7</sup> MIRANDA, Bruno R. F. 2006. *Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégias da política de defesa portuguesa (O caso da Capitania de Pernambuco/1654–1701)* Dissertação de Mestrado em História, CFCH/UFPE, Recife. A dissertação em questão é um estudo essencial à compreensão do significado e importância dos sistemas de defesas implementados nas Capitanias de Pernambuco e do Norte.

<sup>8</sup> BARTHEL, Stela G. A. 2007. *Arqueologia de uma fortificação: o Forte Orange e a Fortaleza de Santa Cruz, em Itamaracá, Pernambuco*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, CFCH/UFPE, Recife. A dissertação de Mestrado em Arqueologia de Barthel é referência, na área de Arqueologia Histórica, sobre a fortificação tema deste trabalho.

<sup>9</sup> MATOS, Manuela X. G. de. 2016. *Transformações tecnológicas das fortificações portuguesas da Capitania de Pernambuco, Brasil, nos séculos XVI e XVII*. Tese de Doutorado em Arqueologia, CFCH/UFPE, Recife; VALADARES, Pedro Henrique Cabral. 2019. *Templos de Marte: referências eruditas nos fortes abaluartados de Pernambuco (século XVII)*. Tese de Doutorado. CAC/UFPE, Recife, 2019. As Teses citadas são essenciais à compreensão do histórico da fortaleza de Itamaracá e de outras fortificações, pois apresentam análises técnicas e principais aspectos referentes a um conjunto de recintos fortificados da América portuguesa.

conceito de patrimônio cultural, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema, além da consulta das leis virgentes sobre os bens culturais<sup>10</sup>.

## 1. SISTEMA DE FORTIFICAÇÕES DO PERÍODO COLONIAL

De meados do século XVI até a primeira metade do período republicano, centenas de fortificações foram construídas por todo o Brasil, em diversas regiões consideradas estratégicas em termos militares e econômicos (CASTRO, 2019: 6). Na América portuguesa, além de atender a defesa da zona produtora – sobretudo nas áreas produtoras de açúcar – as fortificações foram levantadas nos núcleos habitacionais da colônia. A coroa portuguesa – e espanhola, quando o Brasil esteve vinculado a monarquia espanhola – tinha preocupação com as várias incurções de embarcações de estrangeiros – sobretudo franceses e, depois, holandeses –, que atravessavam o Atlântico e frequentavam as terras do Novo Mundo, ameaçando assim a eminência da estabilidade da colônia.

Logo nos primeiros anos após o achamento da Terra de Santa Cruz, apesar do desinteresse inicial desta nova descoberta, haja vista o acesso às especiarias do Oriente, os colonizadores lusitanos começaram a construir os primeiros estabelecimentos edificadas no Brasil (considerados também como os primeiros recintos fortificados na América portuguesa), quando foram erguidas diversas feitorias<sup>11</sup> em delimitados pontos ao longo da facha litorânea (MENEZES, 2017: 30).

No entanto, as estruturas de defesa desses primeiros edifícios não possuíam uma efetiva sofisticação, quando comparando-as com as consideradas fortificações modernas, visto que estas últimas eram planejadas levando em consideração a utilização das armas de fogo nos confrontos. Essas feitorias eram projetadas – além da defesa diante dos perigos

---

<sup>10</sup> Há uma extensa legislação no Brasil a qual possibilita a proteção dos bens materiais e imateriais, desde a Constituição de 1988, conforme os Art. 23. Inc. II, IV, V, VI, VII; Art. 30. Inc. IX; Art. 215. Parág. 1º e 2º; Art. 216. Inc. I, II, III, IV, Parag. 1º e 5º; até Leis, Decretos e Resoluções Estaduais e Municipais.

<sup>11</sup> MENEZES, José L. M.; RODRIGUES, Maria do R. R. *Op. Cit.*, 22. Esses edifícios eram defendidos por paliçadas ou caiçaras, consistindo em uma casa-forte, onde além de abrigar os soldados e colonos, estocava-se os produtos da terra para serem transportados para o outro lado do Atlântico. Em meados de 1516, na região que hoje corresponde ao município de Igarassu, Pernambuco, ao sul da ilha de Itamaracá, o navegador Cristóvão Jaques ergueu a primeira Feitoria Real da América portuguesa, sob ordem do rei de Portugal para o “trato do pau-brasil”.

que poderiam surgir do mar –, para se defender contra os ataques promovidos pelos indígenas, sendo que esses povos ainda possuíam um armamento considerado rudimentar (VALADARES, 2019: 23).

## 2. ARQUITETURA MILITAR E MATERIAL CONSTRUTIVO

As pesquisas arqueológicas e históricas apontam que os principais recintos fortificados que integravam o sistema de defesa implementado na América portuguesa, principalmente aqueles erguidos na antevéspera, durante e após o período holandês foram: os fortins, fortes, redutos e baterias<sup>12</sup> (BARTHEL, 2007: 60). Caracterizado pelo traçado quadrangular e sem baluartes, os redutos (descritos também como torres) eram muitos utilizados para vigiar as regiões costeiras (UESSLER, 2006: 68). Os classificados como baterias possuíam um perímetro menor que os redutos, e eram erguidas de forma isolada de uma fortificação mais sofisticada, como os fortes ou fortaleza, para “que lhe preste auxílio” (BARTHEL, 2007: 60).

Segundo Uessler, distinto dos fortes por causa da sua forma, tamanho e característica do sistema de defesa, os fortins eram um pequeno edifício fortificado que poderiam servir tanto como abrigo provisório, como ponto de apoio para um pequeno contingente; por outro lado, os recintos militares definidos como fortes eram edifícios mais elaborados, e possuíam um perímetro maior que os fortins, além de comportar estabelecimentos em seu interior, os quais podiam abrigar uma tropa de tamanho considerável de forma temporária ou permanente. Maiores que os fortes, as fortalezas estavam geralmente localizadas em regiões isoladas, contudo estratégicas, podendo servir de base às forças militares em campanha, ou mesmo prestar apoio a um novo núcleo de povoamento nas proximidades; eram edifícios caracterizado por ser grande o suficiente “para abrigar uma guarnição militar, civil e religiosa no seu interior” (UESSLER, 2006: 52-62).

Parte significativa dos recintos fortificados erguidos ao longo do século XVI e primeira metade do seiscentos, principalmente aquelas fortificações edificadas no período da

---

<sup>12</sup> ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Valéda; WALMSLEY, Doris. 1999. *Fortes de Pernambuco*. Imagens do passado e do presente. Recife: Graftorre. 60. Entretanto, é importante destacar que um mesmo recinto poderia ter distintas classificações, tanto por possíveis alterações em suas estruturas ao longo do tempo, como por prováveis equívocos no momento de sua classificação.

invasão da Companhia Holandesa, tiveram a taipa de pilão como material construtivo mais utilizado. Este tipo de material, podendo diferenciar conforme a região, era composto por uma terra argilosa e úmida, conhecida como massapê, com a adição, para aumentar a sua resistência, de outros ingredientes, tais como cal, estrume, cascalho, a areia etc. (BARTHEL, 2007: 44).

A técnica consiste em socar com o uso de um pilão, sucessivas camadas de terra ou barro umedecido contidos entre duas formas. Tais formas chamam-se Taipas e medem, tradicionalmente, entre 3,0 a 4,0m de comprimento com uma altura de 0,40m e produziam paredes com grande espessura (em média com 0,80m). A construção do muro de taipa de pilão evolui na medida em que os taipais são desmontados quando preenchidos completamente, e remontados logo à cima da última camada apiloada a cada 0,20m. (ARAÚJO, 2018: 69).

Entretanto, era a região onde seria construída a fortificação e o responsável pela obra que determinava o sistema construtivo desejável (MENEZES, 2017: 36). Não havia um consenso acerca do material construtivo preferencial a ser utilizado nas edificações dos recintos fortificados, e a decisão cabia ao responsável pelo edifício (MATOS, 2016: 73). Por outro lado, o engenheiro Luís Serrão Pimentel, autor do primeiro tratado de fortificação portuguesa, declarava que “o parapeito não deve ser de pedra e cal e muito menos de cantaria, como se fez em alguma parte [...] seu material será a taipa ou terra batida” (MENEZES, 2017: 37).

Segundo Albuquerque, as pesquisas arqueológicas realizadas na Fortaleza de Santa Cruz de Itamaracá corroboram a hipótese de que os responsáveis pela construção do antigo forte de origem neerlandesa, da mesma forma como ocorreria em diversas outras fortificações as quais na atualidade são compostos de alvenaria de pedra, provavelmente utilizaram a taipa de pilão como sistema construtivo<sup>13</sup>. Esse tipo sistema<sup>14</sup> possuía certas vantagens, tanto pelo fato de que as muralhas em terra resistiam com mais eficácia diante dos ataques das armas de fogo, quanto também devido a sua economia de tempo e

---

<sup>13</sup> ALBUQUERQUE, M. *Op. Cit.*,57. Trechos da antiga muralha do Forte Orange, trechos esses formados de terra (na variação torrão), e reforçadas por uma estrutura de madeira, foram descobertos durante as escavações. Os estabelecimentos no seu interior, possíveis instalações dos soldados flamengos, assim como o portal de entrada e a casa de pólvora, eram formados por tijolos de origem holandesas.

<sup>14</sup> BARTHEL, Stela G. A. *Op. Cit.* 50. Segundo Barthel, os engenheiros batavos eram especialistas no tipo de sistema construtivo aplicado no Forte Orange.

material utilizado, visto que na própria região onde seria efetuada a edificação poderia disponibilizar os materiais utilizados na obra (BARTHEL, 2007: 50).

O outro material muito utilizado nos edifícios fortificados erguidos na América portuguesa, principalmente após a saída dos batavos em 1654, foi a alvenaria de pedra e cal. Devido o tempo destinado a edificação das unidades ser efetivamente maior – quando os responsáveis escolhiam esse tipo de material –, as fortificações de pedra foram preferencialmente adotadas em tempos de relativa paz, ou nas proximidade do mar (MENEZES, 2017: 40). Somando-se ao tempo levado à execução da obra, cujos trabalhos poderiam levar anos, os recintos fortificados de pedra exigiam uma mão de obra mais especializada, em comparação com os fortes de terra (USSLER, 2007: 113). Segundo Menezes, as muralhas de pedra poderiam produzir também o ricochete dos projéteis disparados pelos atacantes, aumentando as chances de baixas dos soldados defensores da fortificação.

No final do século XVII, ainda remanesciam cinco edifícios militares construídos de alvenaria de pedra e cal – entre as capitânicas de Pernambuco e Itamaracá: o Forte de Santo Inácio de Loyola, em Tamandaré; o Forte de Nossa Senhora de Nazaré, no Cabo de Santo Agostinho; o Forte de São Tiago (Cinco Pontas) e Forte de São João Batista (Brum), em Recife, e a Fortaleza de Santa Cruz de Itamaracá (VALADARES, 2019: 200). De acordo com Albuquerque, em meados do ano 1705 reconstruíram e aplicaram o Forte do Buraco – antigo forte de origem holandesa erguido em 1630 – em alvenaria de pedra e cal; o Forte de Pau Amarelo, construído sobre uma primitiva bateria elaborada antes da invasão neerlandesa pelo governador de Pernambuco Matias de Albuquerque, localizado ao norte de Olinda, teve suas estruturas reconstruídas a partir de 1729, levando muitos anos até a sua conclusão. (ALBUQUERQUE et al., 1999: 62).

### 3. SISTEMAS DE DEFESA DAS CAPITANIAS DE PERNAMBUCO E DO NORTE.

#### 3.1 - 1º Fase - Século XVI a meados do século XVII

O reduto dos Marcos, construído em meados de 1532 – por ordem de Pero Lopes de Souza – para defender a feitoria de Cristóvão Jaques perante os constantes ataques dos franceses, “seria um dos representantes do início da implantação de um sistema de defesa da costa brasileira” (ALBUQUERQUE et al., 1999: 22). Segundo Matos, preocupados com a circulação constantes de corsários estrangeiros, é a partir dos anos de 1590<sup>15</sup>, com autorização do Rei, que um conjunto de fortificações são erguidas para compor o primeiro sistema de defesa de Pernambuco (MATOS, 2016: 86). Entretanto, esse sistema pioneiro – até momentos antes da invasão neerlandesa – era considerado precário, devido a falta de profissionais especializados e mão-de-obra adequada nesse período; apenas Salvador<sup>16</sup>, a sede do Governo-Geral, era defendida com mais eficiência em comparação com as demais áreas do Brasil (VALADARES, 2019).

Em Pernambuco, nos últimos anos do século XVI, foi construído o forte de São Jorge Velho, em terra, no istmo entre Olinda e Recife, por conta do assédio frequente de piratas estrangeiros (MENEZES e RODRIGUES, 1986: 98). Ainda na década de 1590,

---

<sup>15</sup> MENEZES, José L. M.; RODRIGUES, Maria do R. R. *Op. Cit.*, 65. Entre outras fortificações erguidas nesse período nas capitanias do Norte, no ano de 1598, na capitania do Rio Grande, foi construído a Fortaleza dos Três Reis Magos, sendo entregue o seu comando a Jerônimo de Albuquerque, que na ocasião obteve êxito contra ataques de indígenas da região; era inicialmente formada em taipa e madeira – mudando o sistema construtivo para alvenaria de pedra e cal entre 1614-1619.

<sup>16</sup> MENEZES, José L. M.; RODRIGUES, Maria do R. R. *Op. Cit.*, 29-33. Na capitania de Todos os Santos foram erguidas a maior quantidade de fortificações da América portuguesa. Entre 1591 e 1598, durante o governo de D. Francisco de Sousa, são construídas em Salvador fortificações mais resistentes, com o sistema construtivo de alvenaria de pedra e cal: o Forte de Santo Antônio da Barra, uma antiga fortificação de 1534 reconstruída em pedra e cal em 1598; os fortes de Santa Bárbara, na cidade baixa, e Água dos Meninos; e a Fortaleza de N. S. do Montesserrate, que na verdade trata-se de um fortim de formato hexagonal irregular e sem defesa erguido possivelmente 1591.

guardando a entrada do porto em uma posição estratégica, o forte de São Francisco foi erguido no extremo norte de Olinda (ALBUQUERQUE et al., 1999: 30). Entre 1597 e 1603, Diogo Botelho, governador geral do Brasil, menciona em carta para a Metrópole a necessidade de construção de outra fortificação na capitania; desta forma foi construído o também chamado forte de São Jorge, so que em pedra e, possivelmente, a primeira fortificação abaluartada de Pernambuco (VALADARES, 2019: 182).

Matias de Albuquerque, nomeado por Felipe II governador de Pernambuco (1620-1626) para organizar o sistema de defesa da capitania, manda erguer em 1620 a guarita de João Albuquerque – em alvenaria de pedra – no extremo sul da vila de Olinda que, em parceria o forte de São Francisco<sup>17</sup>, impossibilitaria o desembarque de invasores na região (MATOS, 2016: 84).

### **3.2 - 2º Fase - Meados do século XVII e século XVIII**

Com a Restauração portuguesa em 1640, uma série de reformas político-administrativas foram elaboradas pela coroa lusitana, com o intuito de reorganizar o império português após sessenta anos de União Ibérica. Entre essas reformas, uma das mais importantes era a proteção militar do que restou das colônias da África e, principalmente, do Brasil, que em meados dos seiscentos, com o fim do período holandês, tornou-se a principal fonte de rendimentos de Portugal (MIRANDA, 2006: 20). Nos anos após a saída dos batavos do Norte do Brasil, a Metrópole acabou enfrentando momentos de tensão bélica, e tal situação só diminuiria com o acordo de paz em definitivo entre os portugueses, neerlandeses e espanhóis em 1668, quando Portugal é reconhecido pela Espanha como país independente, e o fim da guerra entre neerlandeses e lusitanos em 1661 (MATOS, 2016: 99).

Entre essas reformas, aplicadas devido o tenso momento vivido por Portugal nesse período, foi criado em 1643 o Conselho Ultramarino, órgão responsável por todas as ações implementadas nas colônias portuguesas do ultramar; no Brasil, grande parte das

---

<sup>17</sup> ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Valéda; WALMSLEY, Doris. *Op. Cit.*, 52. No mesmo ano de 1620, o governador de Pernambuco mandar construir na praia de Olinda o Forte do Queijo, também denominado de São Francisco ou Forte de Montenegro, o qual possuía uma estrutura um pouco maior que uma bateria, de defesa aberta, com dois pequeno alojamentos.

questões militares eram tratadas por esse organismo, o qual era submetido em certas questões as deliberações da junta dos Três Estados e do Conselho de Guerra<sup>18</sup> (MIRANDA, 2006: 158). Como mencionado, a defesa territorial da América portuguesa – principalmente as áreas que foram dominadas pelos neerlandeses – era umas das reformas mais importantes a serem implementadas<sup>19</sup>, tanto que de 1640 a 1750 o sistema militar dessa região foi submetido a reestruturações relevantes (MIRANDA, 2006: 160).

Após a saída dos neerlandeses, Pernambuco enfrentou certas transformações políticas, entre as quais se destacam o fim do caráter hereditário da referida capitania<sup>20</sup>, e a reivindicação dos líderes que lutaram pela expulsão dos batavos, os quais acabaram intervindo politicamente nas capitanias de Pernambuco e do Norte (MIRANDA, 2006: 169).

João Fernandes Vieira, então Mestre-de-Campo e importante líder na Insurreição Pernambucana, defendia a manutenção e ampliação do sistema defensivo instalado pelos neerlandeses, chegando a enviar ainda em 1654 uma carta ao monarca lusitano detalhando as providências necessárias a serem executadas. Entretanto, a maior parte das fortificações remanescente foram abandonadas, por conta dos recursos financeiros indisponíveis naquele momento de pós-guerra, além do reduzido número de efetivos preparados à ocupação das fortificações (VALADARES, 2019: 200).

---

<sup>18</sup> MIRANDA, Bruno. 2006. Para a defesa da Capitania de Pernambuco: A estratégia das fortificações no pós-guerra (1654-1681). *Portuguese Studies Review* 14 (1) 158-185. Entidade da Coroa criada em 1643, a junta do Três Estados era responsável pela administração da arrecadação dos impostos de guerra e controle das despesas militares; o Conselho de Guerra, criado em 1640, foi a primeira instituição de administração e gestão logístico-militar da Metrópole.

<sup>19</sup> MIRANDA, Bruno R. F. 2005. “Aulas de Fortificações do Recife – 1701”. *Pergaminho*, ano 1, UFPB, 99-108. A instalação das Aulas de Fortificação do Recife, em 1701, assim como ocorrera em Salvador, São Luís e Rio de Janeiro anos antes, foi uma das importantes medidas de aperfeiçoamento do sistema de defesa da capitania, uma vez que um dos principais problemas do Brasil era a carência de pessoal qualificado nos serviços referente a guerra; os engenheiros militares, técnicos formados nessas escolas especializadas, eram os responsáveis pela supervisão das obras das fortificações e urbanismo.

<sup>20</sup> MIRANDA, Bruno R. F. 2005.. *Op. Cit.*, 100. As atribuições de defesa ficaram sob responsabilidade do governo; apesar disso, os custos recaíram na população da colônia. Oficialmente a Capitania de Pernambuco passou a ser uma Capitania Régia somente no setecentos.



Naquela altura, o então governador da capitania de Pernambuco (1648-1657), Mestre-de-Campo e General Francisco Barreto de Menezes, ia de encontro com as projeções elaboradas por Vieira, pontuando que o reaproveitamento dos recintos fortificados para o sistema de defesa de Pernambuco deveria levar em conta os reduzidos recursos disponíveis naquele período de extrema dificuldade financeira, devido a recente guerra contra os batavos, além da preocupação para que as edificações não caíssem nas mãos dos inimigos (MIRANDA, 2006: 89). Barreto sugeriu que a criação de uma infantaria para combater os invasores no momento de desembarque, “seria mais útil do que construir fortificações em locais que não pudessem ser sustentados ou fossem incapazes de impedir a marcha do inimigo” (MIRANDA, 2006: 172).

O governador de Pernambuco Fernão de Souza Coutinho em 1671, alertou a Metrópole sobre a necessidade de manutenção dos recintos militares remanescentes. Para essa missão, Souza Coutinho recomendou o nome de Vieira para ocupar o cargo de Superintendente, sendo tal sugestão corroborada nesse mesmo ano pela Carta Régia do príncipe regente Dom Pedro (1667-1683), que nessa ocasião acabou nomeando Vieira ao cargo de superintendência<sup>21</sup> das fortificações da Capitania, com atribuições, competências e contas a serem prestadas (MIRANDA, 2006: 101-103).

Os trabalhos sob o comando de Vieira foram interrompidos com a sua morte em 1681. Contudo, por ordem do Conselho Ultramarino, foram concluídos pelos governadores e capitães-generais de Pernambuco Aires de Sousa de Castro (1678-1682) e Dom João de Sousa (1682-1685), sendo que tais serviços nas unidades de defesa continuariam até a virada do século XVII, e novos trabalhos acabaram sendo realizados ao longo do setecentos (MIRANDA, 2006: 108). As fortalezas de Itamaracá e Tamandaré, em Pernambuco, e a de Cabedelo na Paraíba, além do Forte dos Reis Magos, localizado na Capitania do Rio Grande, são exemplos de fortificações reedificadas sob a gestão de Vieira.

Provavelmente, as preocupações tanto de Vieira quanto de Barreto também eram motivadas por questões particulares, uma vez que o primeiro possuía um vasto

---

<sup>21</sup> MIRANDA, Bruno R. F. Op. Cit., 107. A criação do cargo de Superintendente das fortificações na segunda metade do seiscentos, e a escolha de Fernandes Vieira para ocupá-lo, acabou resultando no avanço efetivo do sistema de defesa da América portuguesa.

patrimônio, e as fortificações poderiam proteger seus bens imóveis, enquanto que o segundo participava efetivamente de atividades comerciais em diversas frentes (MIRANDA, 2006: 177).

#### **4. O FORTE ORANGE E A FORTALEZA DE SANTA CRUZ**

Um ano após o desembarque das tropas da Companhia Holandesa na Capitania de Pernambuco, quando neste evento Olinda e Recife acabaram sendo conquistadas, os organizadores dessa companhia miraram seus domínios à Capitania de Itamaracá, situada ao norte de Pernambuco, com o intuito de controlar a faixa litorânea, buscando assim conter a resistência dos luso-brasileiros que os cercavam na foz do rios Capibaribe e Beberibe (ANDRADE, 1999: 79). No primeiro semestre de 1631, a Vila de Nossa Senhora da Conceição, sede da Capitania de Itamaracá, foi atacada por um contingente de neerlandeses<sup>22</sup> (RODRIGUES, 1972: 64).

---

<sup>22</sup> RODRIGUES, Valdecírio. 1972. *História de Itamaracá*. Editora de Pernambuco, Recife. 64. Nesse primeiro confronto os neerlandeses enfrentaram grande resistência dos luso-brasileiros que protegiam a vila de Conceição, e não conseguiram dominá-la. A vila seria conquistada pelos neerlandeses em 1634, e recebeu a denominação de Vila Schopp, em homenagem ao comandante neerlandês encarregado dessa missão de conquista.

Figura 1 - Vila de Nossa Senhora da Conceição em 1630.



Fonte: RODRIGUES, 1972: 227.

Na figura é apresentado um desenho da vila de Nossa Senhora da Conceição em meados de 1630. É possível observar que próximo a igreja há uma estrutura elevada que seria possivelmente uma bateria erguida sob ordem do então governador de Itamaracá Salvador Pinheiro, na antevespera e no decorrer da invasão holandesa em Pernambuco; os quatro lados que davam acesso a vila estavam fortificados nesse momento (RODRIGUES, 1972: 227).

#### 4.1 - História da implantação

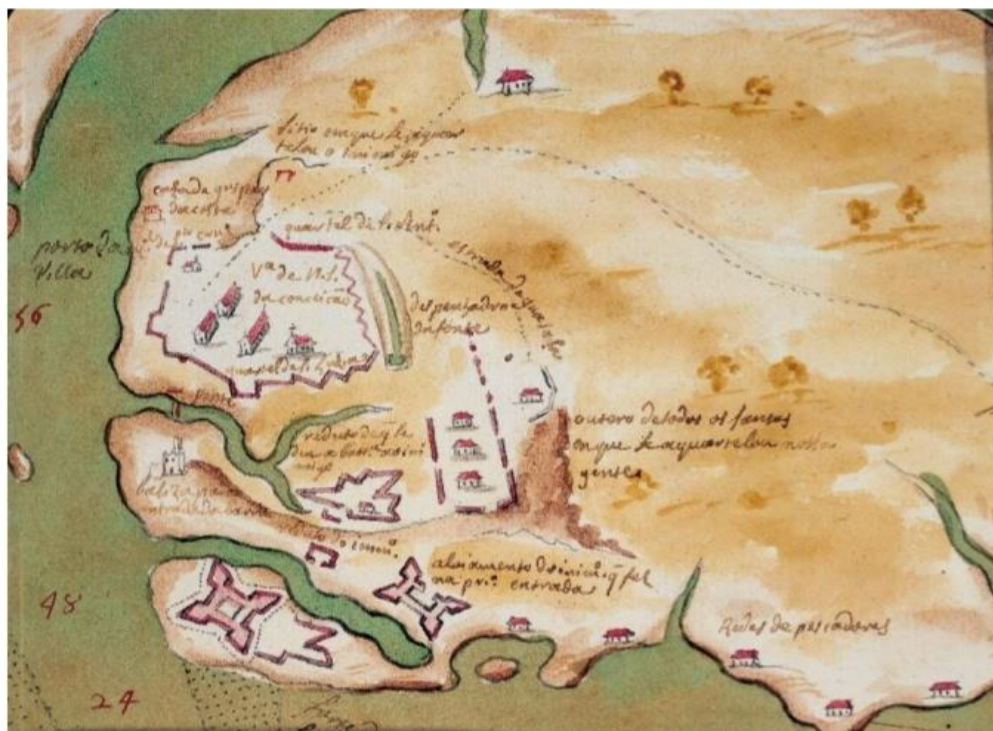
Com o frustrante resultado do ataque inicial a sede da Capitania de Itamaracá, as tropas se instalaram a poucos quilômetros da Vila de Conceição, na entrada meridional do canal de Santa Cruz, onde decidiram construir uma estrutura de defesa, uma fortificação, o qual chamaram de Forte Orange. Este forte, cuja denominação teve o propósito de homenagear o príncipe Guilherme I de Orange-Nassau (1533-1584), foi construído em meados de 1631 sob o comando de Steyn Callenfels; era inicialmente uma fortificação de taipa de pilão, na variação torrão – sistema rudimentar muito utilizado no período –, e suas estruturas de defesa foram posteriormente ampliadas, momento este o qual acabaram construindo um verdadeiro complexo de defesa, quando passou a dispor de paliçadas e hornaveque (TEXEIRA, 2001: 53).

Os ocupantes do forte neerlandês atuaram de forma efetiva até meados de 1654, quando é encerrado o período holandês no Brasil. Resistiram enfrentando sucessivos ataques promovidos pelos luso-brasileiros,<sup>23</sup> sobretudo no período da Insurreição Pernambucana (RODRIGUES, 1972: 80).

---

<sup>23</sup> BARTHEL, Stela G. A. *Op. Cit.*, 35. O Orange acabou passando por várias reformas estruturantes, devido tanto pelo seu material construtivo, o qual exigia uma manutenção periódica, quanto pelos sucessivos ataques dos luso-brasileiros, principalmente na segunda metade da década de 1640, quando acabou sofrendo grandes danos por conta das investidas comandadas por André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira.

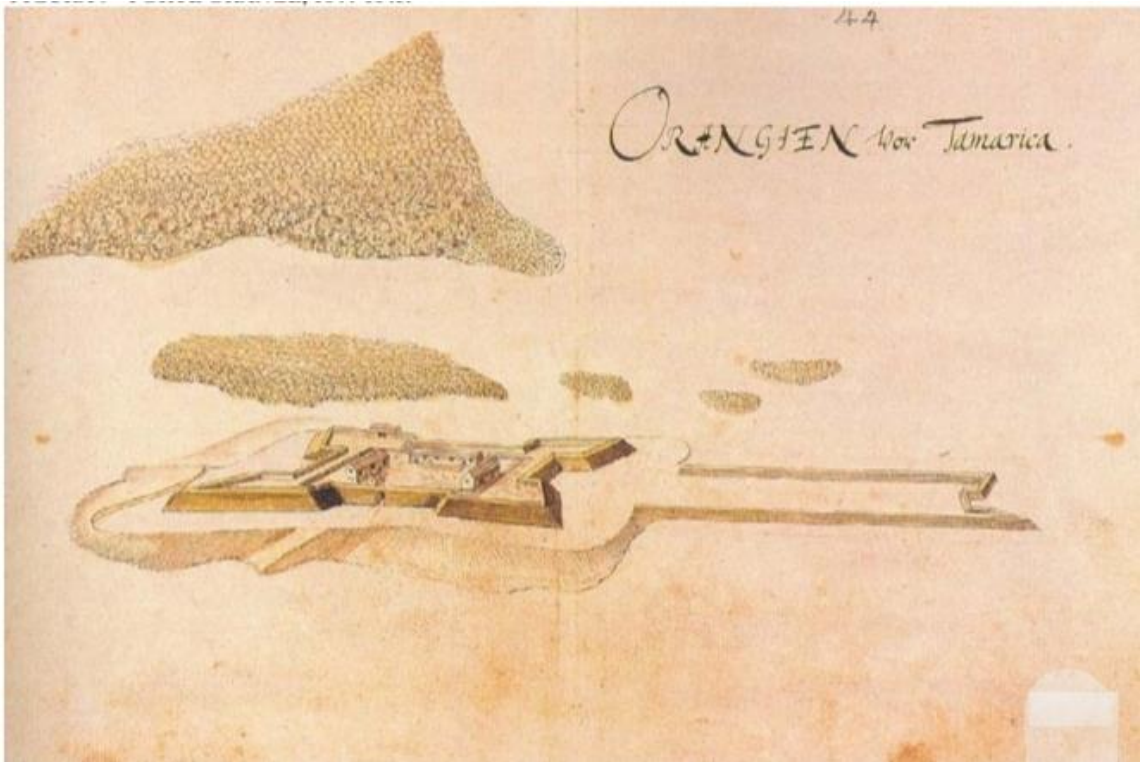
Figura 2 - Forte Orange e Vila da Conceição, 1631-1640.



Fonte: SOARES, 2009: 90.

Podemos observar o Forte Orange na parte inferior do desenho resguardando a entrada do canal de Santa Cruz. Por essa passagem trafegavam diversas embarcações com destino às vilas de Igarassu e de Nossa Senhora da Conceição, sede da então Capitania de Itamaracá (NASCIMENTO e SANTOS, 2012: ).

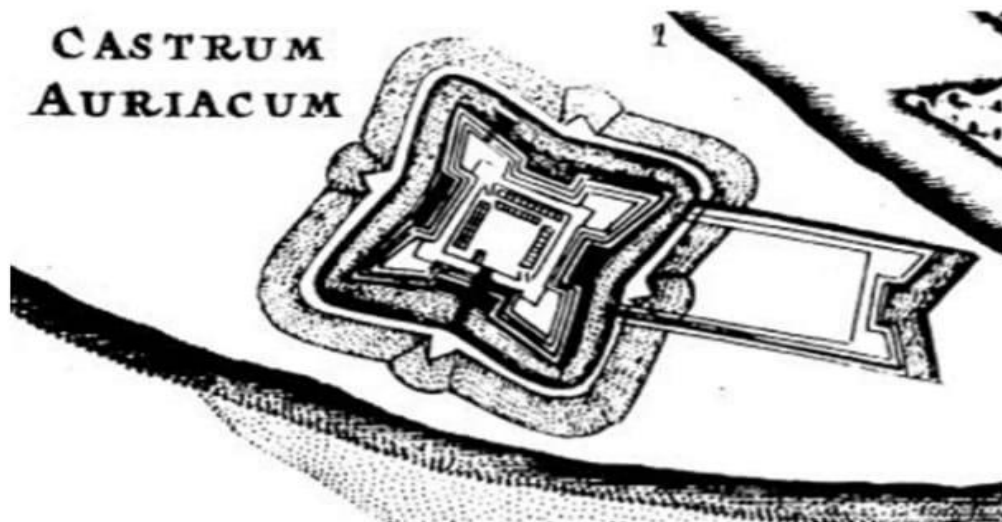
Figura 3 - Forte Orange de Itamaracá, 1644-1645.



Fonte: A Viagem de Caspar Schmalkalden de Amsterdã para Pernambuco, 1998: 97.

É possível observar na imagem uma estrutura externa da fortificação, o hornaveque, inexistente na fortaleza luso-brasileira; é visível também o fosso ao seu redor, e três prováveis instalações – separadas da contramuralha – no interior do forte.

Figura 4 - Forte Orange e suas estruturas externas, 1647.



Fonte: ALBUQUERQUE, 2010: 44.

Diversos relatos apontam a transformação dessa fortificação, que construída às pressas – uma fortificação de campanha – foi tornada posteriormente uma edificação fixa, ampla e dotada de estruturas de defesa complementares (BARTHEL, 2007: 33).

## 4.2 - Os resultados das pesquisas arqueológicas

O Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, em conjunto com a Polícia Militar de Pernambuco, realizou a primeira pesquisa arqueológica na fortaleza de Itamaracá no início da década de 1970. Nesse momento, a fortificação encontrava-se arruinada, com parte da cortina sul desabada, e demais estruturas cobertas pela vegetação; enquanto ocorria essa pesquisa, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional



(IPHAN) iniciou a restauração de suas estruturas com a colaboração do Exército Brasileiro (ALBUQUERQUE, 2018: 47). Segundo Albuquerque, no ano de 2005 foi realizada uma nova pesquisa arqueológica na referida fortificação pelo Laboratório de Arqueologia da UFPE, em parceria com a MoWIC Foundation<sup>24</sup> (ALBUQUERQUE, 2018: 48). Nessa pesquisa, importantes descobertas foram realizadas,<sup>25</sup> quando também foi possível delimitar o provável perímetro da antiga fortificação holandesa (ver figura 5).

Dez anos após a última pesquisa arqueológica realizada na fortaleza de Itamaracá, é iniciado o processo de restauração. Aprovado pelo IPHAN em 2015 e financiado pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur), o projeto de restauração foi executado em segurança para o monumento pela empresa de engenharia Concrepoxi; nesse momento, novos trabalhos arqueológicos foram realizados para re-exposição das estruturas *in situ* da antiga fortificação holandesa, além de trabalhos de restauro e manutenção dos artefatos encontrados nos processos arqueológico (ALBUQUERQUE, 2018: 55).

A pesquisa arqueológica e o estudo da documentação disponível, iconografia, planta, mapa, quadro etc, apontam que o forte holandês possuía uma morfologia externa semelhante às estruturas da fortificação atual (ALBUQUERQUE, 2017: 52). Entretanto, a antiga fortificação neerlandesa possuía o restante de suas estruturas bem diferentes daquelas que compõe a Fortaleza de Santa Cruz, erguida pelos luso-brasileiros no mesmo local. A principal diferença entre ambas se refere ao material construtivo escolhido, enquanto que os fundadores e primeiros ocupantes optaram por um forte erguido em terra

---

<sup>24</sup> Fundação para Exploração e Conservação dos Monumentos da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais

<sup>25</sup> ALBUQUERQUE, M. 2018. “Fragmentos da história da pesquisa arqueológica no Forte Orange”. In. GAUDÊNCIO, Regina Marcia. et. al. *FORTE ORANGE: Intervenção de Restauro*. Recife: Concrepoxi Engenharia, 46-55. Os pesquisadores descobriram uma grande trincheira – da fase mais antiga – “possivelmente escavada para salvar os primeiros construtores de um possível ataque das forças da Vila Conceição”; a porta principal do forte holandês sob o atual terrapleno sul; a casa de pólvora e poço do primitivo forte na praça de armas dos dias atuais; vertígios dos alicerces e trechos dos pisos dos alojamentos, além de armas de defesa pessoal, tipos diferentes de projéteis, louça e utensílios, fragmentos de cachimbos branco, etc. Ainda durante as escavações realizadas no terrapleno sul, foram encontrados cerca de 8,00 metros de uma muralha feita em terra, uma estrutura argilosa e arenosa, usando-se uma variação do torrão como sistema construtivo.



(taipa de pilão), os lusitanos escolheram compor suas estruturas em alvenaria de pedra e cal.

Figura 5 - Sobreposição do Forte Orange e da Fortaleza de Santa Cruz.



Fonte: GAUDÊNCIO, 2017: 59.

O desenho maior, com a cor mais clara, aponta o tamanho atual da Fortaleza de Santa Cruz de Itamaracá; o desenho menor, com o tom mais acentuado, apresenta a possível dimensão da última versão do Forte Orange. Os quatro retângulos no interior da Praça de Armas da fortificação menor são os prováveis alojamentos dos neerlandeses. Projeção elaborada conforme as descobertas arqueológicas.

### 4.3 - Fortaleza luso-brasileira de Itamaracá

No primeiro trimestre de 1654, período este que marca o fim do domínio holandês na América portuguesa, as forças luso-brasileiras ocupam o Forte Orange, logo após a saída dos neerlandeses.<sup>26</sup> Possivelmente, nesses primeiros anos de ocupação luso-brasileira, esse antigo forte permaneceu com a mesma estrutura edificada pelos neerlandeses, e as alterações significativas ocorreriam apenas nas décadas seguintes, quando a fortificação encontrava-se em estado de arruinamento (ALBUQUERQUE, 2009: 39).

Posteriormente, no segundo semestre de 1671, a referida carta do governador de Pernambuco Fernão de Souza Coutinho informava ao Rei de Portugal que o forte erguido pelos neerlandeses na Ilha de Itamaracá, cuja localização era fundamental à defesa da região, encontrava-se muito devastado, sendo necessário uma urgente intervenção; provavelmente, o engenheiro Antônio Correia Pinto, “o mesmo autor dos fortes do Brum e das Cinco Pontas” (VALADARES, 2019: 254), elaborou o projeto definitivo de reedificação da Fortaleza de Santa Cruz (MENEZES, 2017: 39).

Durante a administração de João Fernandes Vieira como Supervisor das Fortificações da Capitania de Pernambuco, o qual possuía jurisdição também sobre as Capitanias do Norte, a antiga fortificação neerlandesa de Itamaracá, assim como simultaneamente ocorreria em diversas fortificações sob sua responsabilidade, acabou recebendo sua primeira e profunda reestruturação entre os anos de 1677 a 1680 (MIRANDA, 2006: 107). A denominação “Fortaleza de Santa Cruz” foi adotada a partir de 1682 (MATOS, 2016: 180). Segundo Barthel, apesar das adaptações e reformas, permaneceu como os flamengos havia deixado, “com as muralhas em taipa, na variação torrão e foi utilizado assim pelos luso brasileiros” (BARTHEL, 2006: 55). Nos últimos anos da década de 1680, parte de sua estrutura havia desabado por causa dos avanços das águas do canal de

---

<sup>26</sup> RODRIGUES, Valdecírio Op.Cit., 40. Naquela altura, os soldados da Companhia Holandesa estavam limitados, na ilha de Itamaracá, a este antigo forte há anos, visto que tinham perdido o controle da Vila Schkoppe – Vila da Conceição – para os luso-brasileiros no ano de 1646.

Santa Cruz; desta forma, após vários anos de serviços parados, em meados de 1696<sup>27</sup> uma reforma mais robusta foi realizada pelo engenheiro José Pais Estevens.

Este parece ter sido o momento em que as antigas estruturas holandesas foram demolidas e aterradas, para se alargar o perímetro da Praça de Armas. A Fortaleza de Santa Cruz começava aí verdadeiramente, com o sistema construtivo em alvenaria de pedra e cal. Era outro momento, era outro edifício. Maior em seu perímetro, mas o traçado quadrado foi mantido, com quatro baluartes. Por isto, não se pode falar em reconstrução. O forte Orange foi anulado, deixou de existir, foi encoberto pelos aterros (BARTHEL, 2007: 40)

As obras na fortaleza de Itamaracá estenderam-se ao longo das décadas do setecentos, com reformas intensas entre os anos de 1710 e 1717; há documentos que atestam a participação de índios tapuias nos trabalhos de enchimento dos baluartes no ano de 1712, e no início de 1716 “foi posta em praça a arrematação da empreitada dos quarteis novos e a da casa do capitão e, em outubro de 1719, chegou de Lisboa a pedra para lajear a fortaleza” (MENEZES, 2017: 40).

Em meados de 1777 ocorreram novas obras na fortaleza, quando na ocasião as cortinas destruídas pelo mar foram levantadas. Entretanto, no ano de 1788, segundo um documento do Arquivo do Exército do Rio de Janeiro, “o forte estava parcialmente arruinado, com dois dos baluartes destruídos, além de que toda a cortina oposta ao portão de armas apresentava fendas. Os consertos do final do século XVIII referem-se a tal ocorrência” (MENEZES, 2017: 43).

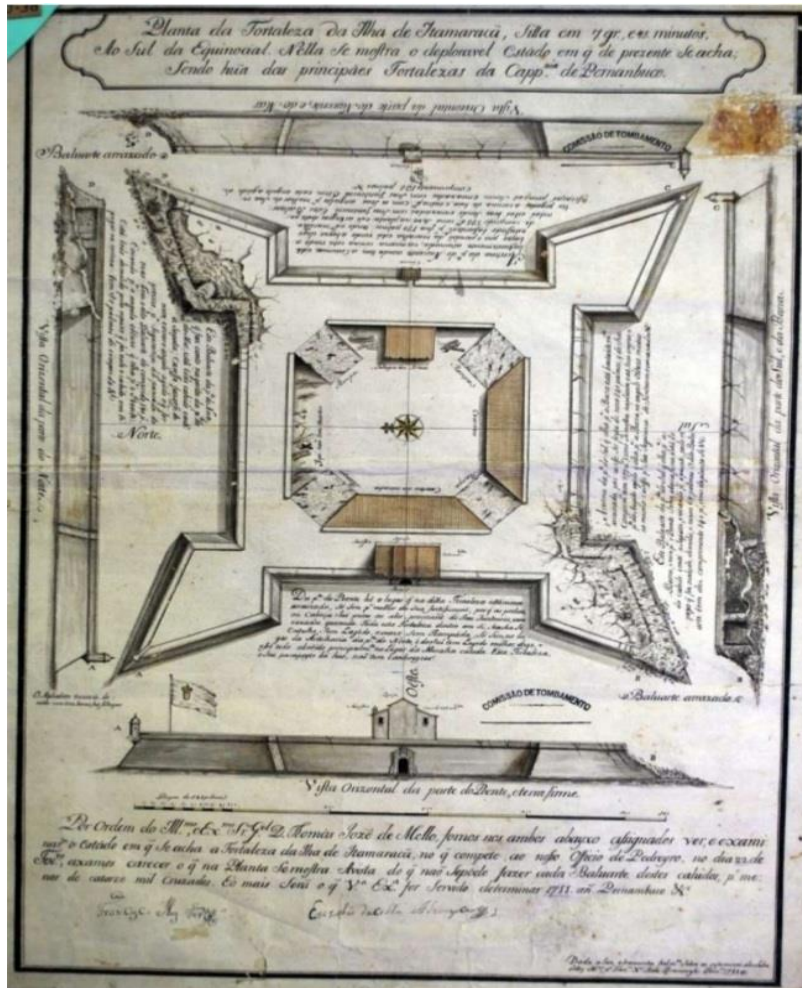
---

<sup>27</sup> VALADARES, Pedro Henrique Cabral. 254. A construção em pedra da fortaleza de Itamaracá teria iniciada em meados do ano de 1696, ganhando mais intensidade a partir de 1704. Apesar da permanente lentidão nos serviços, se sabe que neste mesmo ano um dos baluartes voltados para o canal de Santa Cruz, após o intenso contato com as águas, encontrava-se arruinado.



O conjunto de plantas elaboradas na segunda metade do setecentos, através das quais são demonstradas as condições estruturantes da fortaleza de Itamaracá, apresenta aspectos importantes acerca do histórico desta fortificação. Segundo Barthel, a data da planta de 1763 “está errada, porque a disposição dos quartéis já é a que existe hoje e ela é anterior a este levantamento” (Figura 5) (BARTHEL, 2006: 120). De acordo com Menezes, essa planta informava que “a fortaleza não se encontra completa, tendo três baluartes terraplanados, só um deles se encontrando pronto”, e sua guarnição se compunha 1 capitão; 1 sargento-mor; 1 padre capelão; 1 tenente; 1 cirurgião-mor; 1 condestável; 1 sargento e duas companhias do Regimento de Olinda (MENEZES, 1986: 111).

Figura 7 - Planta da Fortaleza de Santa Cruz, 1788.



Fonte: VALADARES, 2019: 257.

A planta de 1788, no qual é demonstrado o arruinamento de dois baluartes, mostra diferenças acerca das dependências internas, quando comparando-as com as informações da planta de 1763. Nessa planta é possível observar a existência de alojamentos localizados ao lado do acesso principal, totalmente distinta da imagem apresentada na planta anterior (BARTHEL, 2006: 120).



Figura 8 - Imagem da Fortaleza de Santa Cruz atualmente.



Fonte: Disponível em: [www.ipatrimonio.org/ilha-de-itamaraca-forte-orange](http://www.ipatrimonio.org/ilha-de-itamaraca-forte-orange)

Fortaleza de Santa Cruz de Itamaracá, Pernambuco, com as estruturas dos dias atuais. É possível observar a sua proximidade com as águas do canal de Santa Cruz, o que ocasionou diversos desmoronamentos ao longo da sua história.

As fontes de meados do século XIX apontam a tendência ao abandono que a fortaleza de Itamaracá, progressivamente, vai enfrentando. Um relatório militar de 1838 informava as condições e necessidades de dezenas de fortificações existentes no Império, pontuando que todas as unidades de defesa de Pernambuco precisavam de reparos, mas que as

fortalezas de Itamaracá e Tamandaré achavam-se inteiramente arruinadas.<sup>28</sup> Outro relatório militar, da metade do oitocentos, relatava que “as fortalezas do Brum e do Buraco se acham em bom estado, convenientemente reparados, e fornecidos dos objetos necessários. O mesmo não acontece com as de Itamaracá, Pau Amarelo, Gaibu, e Tamandaré, que entretanto estão guarneçadas”.<sup>29</sup>

A Revista Trimensal, de meados da década de 1880, do então Instituto Histórico e Geographico e Ethnographico do Brazil, alertava a urgente necessidade de manutenção dessa fortificação, apontando que estava arruinada. Outra fonte, do final dessa mesma década, informava que a fortaleza localizada na Ilha de Itamaracá, Pernambuco, já encontrava-se desarmada.

## **5. A FORTALEZA DE SANTA CRUZ COMO PATRIMÔNIO CULTURAL**

### **5.1 - Patrimônio no Brasil na década de 1930 e a fortaleza de Itamaracá**

Edificação que evoca uma série de eventos da história de Pernambuco, a Fortaleza de Santa Cruz de Itamaracá, popularmente conhecida como Forte Orange, foi tombada pelo antigo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (atual IPHAN), no primeiro semestre de 1938. Esse reconhecimento é atribuído ao Decreto-lei n° 25, de 30 de novembro de 1937, o qual instituiu o processo de tombamentos de bens culturais no Brasil, transformando-os em patrimônio oficial com regime jurídico especial, de acordo com sua função social (PATRIMÔNIOS DE PERNAMBUCO, 2009: 10).

---

<sup>28</sup> BARROS, S. do Rego. Op. Cit., 06-07. O relatório informava que havia dez unidades de defesa na província de Pernambuco: as fortalezas das Cinco Pontas, do Brum, do Buraco, de Tamandaré, e de Itamaracá; os fortes de Gaibu, de Nazaré, e do Mar; o fortim de Montenegro; e as baterias de São Francisco e do Pau Amarelo.

<sup>29</sup> RAMOS, José I. De Souza. 1851. RELATÓRIO Província de Pernambuco. Arquivo Público Nacional.. 06 – 07. Disponíveis em: [http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id\\_fortaleza=327](http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=327)



De acordo com Funari, no período que marca o início dos processos de tombamentos no país, enquanto os bens culturais que não competiam as elites foram substancialmente negligenciados, os patrimônios culturais selecionados – exclusivamente os monumentos históricos –, eram aqueles vinculados com a considerada história oficial do Brasil – como os edifícios coloniais e os palácios de governos – em sua maioria formados em estilo barroco, neoclássico e eclético; ou seja, nas primeiras ações em defesa do patrimônio nacional, elaboradas sob a égide de um regime autoritário, o qual através dessas ações buscava criar uma nova identidade nacional, “a arquitetura foi elevada à condição de marca nacional capaz de promover a imagem de solidez do Estado brasileiro” (FUNARI e PELEGRINI, 2009: 46).

## **5.2 - O que é Patrimônio Cultural ?**

Segundo Carneiro, os patrimônios culturais apresentam indícios de atividades da humanidade, e são associados a uma certa cultura, abrigando conhecimentos que “precisam ser conservados como acontecimento histórico – cultura material – ou como memória de hábitos ou tradições – cultura imaterial” (CARNEIRO; SILVA, 2012: 149). Esse conceito de patrimônio acabou se desenvolvendo em meados do século XIX, durante a emergência dos novos Estados nacionais, tendo sua gênese no decorrer das transformações ocorridas no contexto da Revolução Francesa; ao longo desse acontecimento, a própria França acabaria se tornando a nação pioneira na conservação dos considerados monumentos nacionais, quando um grupo – em pleno processo revolucionário – é designado para proteger os monumentos que representassem a nação e a cultura francesa (FUNARI e PELEGRINI, 2009: 17).

A Carta de Veneza, documento de reconhecimento internacional no que tange as ações no campo do patrimônio cultural, elaborada no primeiro semestre de 1964, durante o II Congresso Internacional dos Arquivos e Técnicos dos Monumentos Históricos, destaca detalhadamente as iniciativas necessárias à conservação e restauração dos monumentos históricos, buscando assegurar simultaneamente a obra de arte e o testemunho histórico (MARSHALL, 2016: 112 a 118). Segundo o célebre documento, os monumentos históricos compreendem também as obras classificadas como modestas, as quais ao longo do tempo adquiriram um significado cultural (os bens de caráter imaterial não são objeto desta Carta, e só seriam legislado muitos anos após a elaboração desse texto). A Carta também define como monumento histórico “a criação arquitetônica isolada, bem como o

sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico” (MARSHAL, 2016: 120).

### **5.3 – Do abandono a candidatura a Patrimônio Mundial.**

A Convenção referente a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, aprovado em 1972 pela Unesco, define os patrimônios culturais de valor considerado excepcional, selecionados como bens culturais de interesse da humanidade; ou seja, uma vez incluídos na lista de Patrimônio Universal pela Unesco, o determinado patrimônio cultural escolhido pertenceria a todos os povos do mundo (RIBEIRO, 2005: 112). Inicialmente, o referido documento destacava apenas os monumentos como patrimônio cultural, incluindo nesse conceito as esculturas ou pinturas monumentais, as obras arquitetônicas e os sítios arqueológicos; tais monumentos são considerados possuidores de valor universal, sob a óptica da História, da Arte e das ciências, e a lista dos Patrimônios da Humanidade formulada durante a Convenção tinha a finalidade de “chamar a atenção mundial para identificar as propriedades de valor cultural e natural universais” (SILVA e SILVA, 2009: 324).

A primeira convenção referente ao patrimônio mundial, cultural e natural foi adotada pela conferência geral da Unesco em 1972. A partir do reconhecimento da importância da diversidade, a grande novidade consistiu em considerar que sítios declarados como patrimônio da humanidade pertenciam a todos os povos do mundo (FUNARI e PELEGRINI, 2009: 25).

Secomandi relata que nos últimos anos, através dos trabalhos das superintendências de vários estados do país, o IPHAN vem se esforçando com um projeto que busca o reconhecimento de Patrimônio Cultural da Humanidade para um conjunto de monumentos históricos do período colonial; monumentos esses – dezenove fortificações dos séculos XVI ao XVIII – a serem avaliados entre os anos de 2020 a 2025, pelo Conselho Mundial da UNESCO (SECOMANDI, 2019: 15). Partes desses edifícios fortificados, projetados sobretudo para fins militares, isto é, para repelir prováveis inimigos, mas que por distintos motivos acabaram sendo abandonados. Muitos deles chegaram aos dias atuais em completo arruinamento, pois não mais correspondem as estratégias militares contemporâneas. Outros foram devidamente restaurados e hoje abrem as portas para receber inúmeros visitantes amistosos, com propósitos totalmente diferentes em comparação com aqueles visitantes ameaçadores do período colonial, pois adquiriram, ao longo destes mais de três séculos de existência, uma importante bagagem

histórica que pode ser compartilhada neste seu novo propósito. Por tudo isso, as fortalezas de Santa Cruz de Itamaracá, do Brum e o da Cinco Pontas, são as fortificações pernambucanas incluídas na lista dos edifícios militares – oriundos da América portuguesa – indicados ao reconhecimento de valor universal excepcional (SECOMANDI, 2019: 16).

## CONCLUSÃO

As pesquisas arqueológicas realizadas na Fortaleza de Santa Cruz atestam que suas estruturas são totalmente diferentes da antiga fortificação de origem holandesa, o denominado Forte Orange, e que apenas a característica morfológica externa era semelhante. A bibliografia acadêmica aponta que a atual fortaleza de Itamaracá foi erguida pelos luso-brasileiros a partir dos últimos anos do século XVII, sobre uma primitiva fortificação neerlandesa; isto é, a fortaleza foi construída décadas após a saída dos neerlandeses de Pernambuco, com um perímetro maior, e elaborada com o sistema construtivo de alvenaria em pedra e cal, mesmo material das estruturas dos dias atuais. Esse sistema construtivo também difere do aplicado no Orange, o qual possuía muralhas de terra, na variação torrão, também descoberto nas escavações organizadas pelo Laboratório de Arqueologia da UFPE.

Localizada em uma área considerada estratégica, na entrada meridional do Canal de Santa Cruz, por onde era mais acessível o percurso marítimo às vilas de Igarassu – limite setentrional da Capitania de Pernambuco – e de Nossa Senhora da Conceição – então sede da Capitania de Itamaracá –, a fortificação de origem holandesa e, posteriormente, a Fortaleza de Santa Cruz, de origem luso-brasileira, estavam inseridas nos sistemas de defesa implementados em distintos momentos de Pernambuco. Essas fortificações eram peças fundamentais à estratégia militar elaborada no período, servindo tanto como base defensiva perante um ataque inimigo, quanto posto de centralidade para as manobras de ataque.

Segundo pesquisadores, foi a partir do último quartel do século XVI que começaram a construir – na América portuguesa – fortificações mais sofisticadas, apesar da baixa qualidade desses edifícios naquele momento, quando comparando-as com os fortes

abaluartados, amplamente erguidos em diversas áreas no período colonial. As capitanias de Todos os Santos e de Pernambuco possuíam a maior quantidade de recintos fortificados do Brasil, uma vez que a primeira foi a sede do Governo Geral durante mais de dois séculos, enquanto que a segunda foi por muito tempo uma das capitanias mais prósperas da colônia lusitana.

Entretanto, a fortaleza de Itamaracá – assim como ocorreria com dezenas de unidades de defesas localizadas na região Nordeste – chegou ao estado de arruinamento em meados do século XX. As fontes do século XIX atestam a precária situação que a fortaleza de Itamaracá se encontrava nesse período, sendo desarmada e abandonada no final do mesmo século. Como citado, foi na década de 1970 que começou o processo de restauração desse monumento, e no início dessa mesma década ocorreria a primeira pesquisa arqueológica realizada nessa fortificação. As pesquisas posteriores ratificaram a tese que defendia que a fortificação dos dias atuais é totalmente diferente do antigo forte de origem holandesa.

Anteriormente, nos primeiros momentos da vigência do Estado Novo, os edifícios do período colonial que possuíssem características arquitetônicas monumentais acabaram sendo tombados em 1938, ficando assim reconhecidos como patrimônios culturais do Brasil; entretanto, vale destacar que tais iniciativas visavam a valorização da identidade nacional, conforme as perspectivas do regime autoritário vigente, enquanto que outros bens culturais não receberam o mesmo tratamento no período. As fortificações, originalmente destinadas a propósitos militares, sendo abandonadas quando tal função principal não mais se adequava aos sistemas militares contemporâneos, chegaram no século XX em estado de arruinamento. Foram devidamente restauradas e reconhecidas como bens culturais, e hoje – de portas abertas – recebem todas as pessoas que desejam conhecer características de suas estruturas, como também aspectos de suas histórias. Por esses motivos, como também pelo valor simbólico que tal monumento representa para a região, com mais de 300 anos de existência, portanto, carregando uma importante bagagem histórica, e agora recentemente restaurada, a Fortaleza de Santa Cruz de Itamaracá, ainda denominada por todos como Forte Orange, concorre com outras 18 fortificações do período colonial, ao título de Patrimônio Cultural da Humanidade, reconhecimento este que a torna um bem cultural de valor universal.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. 2007. “As escavações arqueológicas no Forte de Orange”. ARC – Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação, v. 1, n. 2, 51-55.

\_\_\_\_\_. 2009. “Arqueologia do Forte Orange”. Revista da Cultura. Rio de Janeiro. Ano IX, n. 15, 36–43.

\_\_\_\_\_. 2010. “Arqueologia do Forte Orange II. Revista da Cultura”. FUNCEB. Ano X, n. 16, 44–51.

\_\_\_\_\_. 2012. “Arqueologia - Forte Orange e seu cotidiano material”. Revista da Cultura. FUNCEB. Ano XII, n.19, 26-35.

\_\_\_\_\_. 2015. “Arqueologia de unidades de defesa”. In. SOARES, Fernanda Codevilla (Org.) Arqueologia das fortificações: perspectivas. Florianópolis: Lagoa, 9-37.

\_\_\_\_\_. 2018. “Fragmentos da história da pesquisa arqueológica no Forte Orange”. In. GAUDÊNCIO, Regina Marcia. et. al. FORTE ORANGE: Intervenção de Restauro. – Recife: Concrepoxi Engenharia, 46-55.

ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Valéda; WALMSLEY, Doris. 1999. Fortes de Pernambuco. Imagens do passado e do presente. Recife: Grafforre.

ANDRADE, Manuel Correia de. 1999. Itamaracá, uma capitania frustrada. Recife, FIDEM – Centro de Estudos de História e Cultura Municipal – CEHM.

ARAÚJO, Roberto. 2018. “Técnicas Construtivas”. In. GAUDÊNCIO, Regina Marcia. et. al. FORTE ORANGE: Intervenção de Restauro. – Recife: Concrepoxi Engenharia, 68-79.

A Viagem de Caspar Schmalkalden de Amsterdã para Pernambuco. 1998. Coleção Brasil Holandês. Editora Index, Rio de Janeiro.

BARTHEL, Stela G. A. 2007. Arqueologia de uma fortificação: o Forte Orange e a Fortaleza de Santa Cruz, em Itamaracá, Pernambuco. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, CFCH/UFPE, Recife.

CARNEIRO, Ana Rita Sá; SILVA, Aline de Figuererôa Silva. 2012. “Caracterização dos Atributos dos Bens Patrimônios.” In. LACERDA, Norma; ZANCHETI, Sílvia Mendes (org.). Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos. Olinda: CECI. 148-157.

CASTRO, Adler H. Fonseca. 2019. Muralhas de pedra, canhões de bronze, homens de ferro. Revista da Cultura, Ano XVIII, n. 32, 2-33.

CUSTÓDIO, José de A. Corde. 2011. A arquitetura de defesa no Brasil Colonial. Londrina, 173-194.

Educação Patrimonial: histórico, conceito e processos. IPHAN. Ministério da Cultura, Brasil.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de C. 2009. Patrimônio histórico e cultural. 2.ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Legislação sobre patrimônio cultural. 2013. 2. Ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara.

MARSHALL, Francisco. 2016. Carta de Veneza, 1964: notas de leitura. Mouseion, Editora: UnilaSalle, 111-127.

MATOS, Manuela X. G. de. 2016. Transformações tecnológicas das fortificações portuguesas da Capitania de Pernambuco, Brasil, nos séculos XVI e XVII. Tese de Doutorado em Arqueologia, CFCH/UFPE, Recife.

MIRANDA, Bruno R. F. 2005. “Aulas de Fortificações do Recife – 1701”. Pergaminho, ano 1, UFPB, 99-108.

\_\_\_\_\_. 2006. Para a defesa da Capitania de Pernambuco: A estratégia das fortificações no pós-guerra (1654-1681). Portuguese Studies Review 14 (1) 157-185.

\_\_\_\_\_. 2006. Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégias da política de defesa portuguesa (O caso da Capitania de Pernambuco/1654–1701) Dissertação de Mestrado em História, CFCH/UFPE, Recife.

MENEZES, José L. M.; RODRIGUES, Maria do R. R. 1986. Fortificações Portuguesas no Nordeste do Brasil. Séculos XVI, XVII e XVIII. Recife: Pool Editorial.

\_\_\_\_\_. 2018. “Anotações sobre sua história”. In. GAUDÊNCIO, Regina Marcia. et al. FORTE ORANGE: Intervenção de Restauro. – Recife: Concrepoxi Engenharia, 26-45.

NASCIMENTO, Ana Lúcia; SANTOS, Josué L. 2012. A organização da defesa na Ilha de Itamaracá no período colonial: uma contribuição para a História do litoral de Pernambuco. Recife: UFRPE.

Patrimônio de Pernambuco: materiais e imateriais. 2009 Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – Recife: Fundarpe.

RIBEIRO, Wagner R. 2005. Patrimônio da humanidade, cultural e lugar. Diálogos – Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol.9. Universidade Estadual de Maringá. 111-124.

RODRIGUES, Valdecírio. 1972. História de Itamaracá. Editora de Pernambuco, Recife.

SANTOS, Clara D. Figueirôa. 2017. Datação e caracterização de argamassa e tijolo da portada principal do Forte Orange, Itamaracá, Pernambuco. Monografia de Bacharel em Arqueologia. CFCH/UFPE, Recife.

SECOMANDI, Elcio Rogerio. 2019. Conjunto de fortificações coloniais do Brasil indicado para o patrimônio cultural da humanidade. Educação Patrimonial: Fortes, fortalezas e integração nacional. São Paulo. 1-17.



SILVA, Kalina V.; Silva, Maciel Henrique. 2009. Dicionário de conceitos históricos. 2.ed. São Paulo: Contexto.

SOARES, André Luiz Gomes. 2009. Diagnóstico dos impactos antrópicos em Vila Velha: proposta para sua preservação e conservação. Dissertação de Mestrado em História. Recife: CFCH/UFPE.

TEXEIRA, Paulo Roberto Rodrigues. 2009. “Forte Orange”. Revista da Cultura. Ano VII, n. 12, Rio de Janeiro, 51-60.

UESSLER, Cláudia de Oliveira. 2006. Sítios arqueológicos e assentamentos fortificados ibero-americanos na região platina oriental. Tese de Doutorado em História. PUCRS, Porto Alegre.

VALADARES, Pedro Henrique Cabral. 2019. Templos de Marte: referências eruditas nos fortes abaluartados de Pernambuco (século XVII). Tese de Doutorado. CAC/UFPE, Recife, 2019.

### **Fontes impressas**

RAMOS, José I. De Souza. 1851. Relatório. Província de Pernambuco. Arquivo Público Nacional. Center for Research Libraries – GLOBAL RESOURCES NETWORK. 06 - 07. Disponível em: [http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id\\_fortaleza=327](http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=327)

BARROS, S. do Rego. RELATÓRIO DA REPARTIÇÃO DOS NEGÓCIOS DA GUERRA. 1838. Assembleia Geral Legislativa. Na Typographia nacional, Rio de Janeiro. Anexo: Mappa das fortificações N.4. Disponível em:

[http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id\\_fortaleza=327](http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=327)

D'ALMEIDA, Thomas J. Coelho. RELATÓRIO DA REPARTIÇÃO DOS NEGÓCIOS DA GUERRA. 1889. Assembleia Geral Legislativa. Imprensa nacional, Rio de Janeiro. 156 -157. Disponível em: [http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id\\_fortaleza=327](http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=327)

SOUZA, Augusto F. FORTIFICAÇÕES NO BRAZIL. 1885. Revista Trimensal do Instituto Histórico Geographico e ethnographico do Brazil. Tomo XLVIII, Parte II. Typographia Universal de Laemmert & C. Rua dos Invalidos, Rio de Janeiro. 80 – 81. Disponível em: [http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id\\_fortaleza=327](http://fortalezas.org/index.php?ct=fortaleza&id_fortaleza=327)

## **ANEXO**

### **Normas para submissão - Revista CLIO - Arqueológica.**

A CLIO Arqueológica é um periódico organizado pelo Programa de Pós-graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Tem como objetivo corroborar com a divulgação das pesquisas realizadas nas áreas de arqueologia e conservação do patrimônio cultural, através originais e inéditos de pesquisadores nacionais e estrangeiros.

### **FORMATAÇÃO GERAL DOS TEXTOS**

Os textos devem ser elaborados em programa similar ao Word for Windows:

Título em Fonte Times News Roman, negrito, tamanho 14, centralizado,

Nome dos autores em Fonte Times New Roman, tamanho 12, negrito, com indicação de apenas 1 instituição, departamento ou empresa de vínculo empregatício SEM TITULAÇÃO,

E-mail dos autores;

Resumo com no máximo 100 palavras;

Três palavras chaves;

Três keywords;

Abstract com 100 palavras no máximo;

Texto corrido: Fonte Times New Roman, tamanho 12, justificado;

Espaço simples;

Tamanho personalizado de folha (20 cm de largura x 23 cm de altura);

Margem superior 1,5, margem inferior 2,5, margem direita 3,0, margem esquerda, 3,0;

Parágrafos justificados.

### **ARTIGO**

Extensão: 10.000 palavras ao máximo (exceto avaliadas pela comissão editorial)

Notas deverão ser de pé de página

## FORMATO DAS REFERÊNCIAS

### Obras Citadas

Citações no texto devem seguir os exemplos a seguir:

(MARTIN, 1997)

(MARTIN, 1997: 243)

(MARTIN, 1997: 243 a 244)

(PESSIS e GUIDON, 1992) – dois autores

(PARENTI et al., 2003) – três e mais autores

### Livro

MARTIN, G. 1997. Pré-história do Nordeste do Brasil. Recife: Editora Universitária, UFPE.

### Capítulo de Livro

ALLEN, S. 2001 “Identidades em Jogo: Negros, Índios e a Arqueologia da Serra da Barriga”. In S. de Almeida, M. GALINDO e J. ELIAS (orgs.). Índios do Nordeste: temas e problemas 2. Maceió, AL: EDUFAL, 245-275.

### Artigo em Revista

OLIVEIRA, C. 2003. “Os Grupos Ceramista Pré-Histórico do Sudeste do Piauí: Estilos e Técnicas”. FUMDHamentos vol. 1 (3), 57-122.

Dissertação e Tese

ETCHEVARNE, C. 1995 Etude de l'appropriation des Ressources du milieu: les populations pré-colonial Sanfranciscaines. Tese de Doutorado, Muséum National d'Histoire Naturelle, Paris, França.

Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/clioarqueologica/about/submissions#authorGuidelines>